

Caio Prado Júnior e o fascismo - II



Por **YURI MARTINS-FONTES***

O pensador brasileiro analisou diversos aspectos relativos à ascensão fascista, buscando entender as particularidades históricas, geopolíticas e filosóficas deste fenômeno anti-humano

Em 18 de julho de 1937, Caio Prado, em alusão à manobra que Vargas iniciava pelo monopólio do poder, anota em caderno manuscrito (parte de seus “*Diários Políticos*”) que Plínio Salgado, o chefe integralista, após passeata em que houve confusão e morte, tinha sido proibido de falar, pelo governo. Um mês depois (18/08/1937), profetizando a farsa, ainda hoje obscura, dita *Plano Cohen*, Caio comenta que circulam boatos sobre um “golpe comunista”. Mas pondera que o que “há na realidade é a ameaça de um golpe integralista”: um golpe “tolerado pela polícia” e “bafejado pelo governo”. E acrescenta: há um “nervosismo geral” no país.

Na data do golpe de Estado (10 de novembro de 1937), o marxista, recentemente libertado da prisão em que permanecera dois anos, estava em Paris, onde tinha se exilado há poucas semanas. Em seu caderno (10/11/1937), faz a seguinte anotação: “Getúlio desencadeia um golpe. A nova constituição de caráter nitidamente ditatorial, inaugura no Brasil um regime de tendência fascista”.

“1937”: um ensaio inédito e ainda atual

Havendo maturado a ideia do golpe, no mês seguinte, Caio Prado tece uma longa consideração acerca dos aspectos sócio-históricos internos e externos que concorreram para o acontecimento. Trata-se do inédito ensaio “1937” (*Diários Políticos*, Paris, dezembro de 1937 – as citações a seguir referem-se a este texto).

Logo na abertura, ele expõe o caráter paradoxal do ocorrido – um Getúlio que, de progressista em 1930, se voltaria, alguns anos depois, a um autoritarismo de nuance fascista. Vale aqui notar que – como em *Evolução política do Brasil* – neste artigo ele já delineia sua clássica concepção de “sentido” evolutivo histórico – pouco mais tarde sistematizada em *Formação do Brasil contemporâneo*: “Com o ano de 1937 encerra-se uma das mais importantes e movimentadas fases da história política do Brasil, e inicia-se outra, cheia ainda de incertezas e perspectivas obscuras. Politicamente o golpe de Novembro é o epílogo de uma evolução no sentido de fortalecimento crescente do poder executivo com o paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes. Paradoxo histórico: a fase que se segue à Revolução de 1930, desencadeada sob uma bandeira liberal, antiautoritária (...), essa fase se encerra justamente com o advento de regime em que o autoritarismo presidencial resulta não apenas duma situação de fato, contrária à constituição vigente (como foi o caso até hoje), mas está inscrito expressamente no texto da lei orgânica do país.”

Na sequência do ensaio, Caio passa a sumarizar os elementos que levaram ao que ele chama de “medidas fascizantes” de Vargas, as quais conduziram a “evolução política do país no sentido da ditadura” – culminando com o golpe que se delineava como solução transitória e cuja função era tão somente disfarçar as contradições socioeconômicas do país: “Fatores sumamente complexos concorreram para tal desenlace. Fatores de ordem interna combinam-se com outros de natureza externa e é muito difícil destacar fatos e analisá-los isoladamente. Eles se ligam e interdeterminam de tal forma que não é possível chegar a conclusões dentro de pontos de vista particulares ou parciais. Talvez o historiador do futuro, tendo diante de si o quadro completo dos acontecimentos – por enquanto ainda estamos acantonados num pequeno setor e a maior parte do drama político representado ainda está por passar – talvez o historiador do futuro possa destrinçar a meada que são os fatos que presenciamos. Hoje isso é impossível, e temos de nos contentar com alguns traços gerais.”

Conforme explica o autor, a “Revolução de 1930” – com a queda da República Velha – marcou “incontestavelmente o fim de um regime, de um sistema político caduco”. No evento de 1930, diz ele, está o marco de superação do velho regime, caracterizado pelo predomínio da “autonomia estadual imposta sobretudo por S. Paulo”; um “mecanismo político” que estava “fundado em pequenas oligarquias locais, com eleições de fachada”; um “Estado [nacional] sem iniciativa no plano econômico e social” – cuja inação fora chacoalhada pela crise capitalista de 1929. “A impopularidade de todos os governos, do federal aos municipais – completa –, chegara então ao seu auge”.

Com a Revolução de 1930, contudo, modificaram-se apenas as “condições objetivas”, mas não a “tradição antiga”; este foi o motivo nuclear que levou o Brasil a vivenciar o “renascimento de um sistema que parecia abolido”: “não se extirparam os velhos costumes”; não ocorreu no país uma “maturação política”, e os quatro anos que se seguiram a ela foram de “agitação e desorganização”.

“O que parece mais grave no caráter do parlamento da República Nova – que aliás reflete um vício de toda a reorganização política do país – é o traço regionalista, herança do passado, que nele se manifesta. Numa palavra, a nova ordem política reproduzia, embora já muito atenuada e apenas como um resíduo do passado, uma boa parte dos defeitos da política anterior a 1930. O sistema político antigo(...) tornara-se de todo incompatível com as novas condições do país”.

Este quadro, todavia, começaria a se modificar a partir do delineamento de duas organizações: o “integralismo” e a “Aliança Nacional Libertadora”. Apesar disto, reflete Caio, a “opinião geral” do país não se mostrou aberta a nenhum destes dois grupos. O extremismo integralista, assim como o radicalismo da ANL – e destaco aqui a diferença, sempre omitida pela imprensa corporativa, entre a posição “extremista” (desmedida, sectária), e a “radical” (oriunda na análise precisa da raiz do problema) – deve-se a fatores internos, mas “sobretudo a circunstâncias de ordem internacional”.

O integralismo, movimento de inspiração eurofascista, tinha seu extremismo curiosamente evidenciado não em seus líderes, mas no “espírito de seu movimento e nas massas que o acompanhavam”; aliás, esta foi justamente sua debilidade: a “insuficiência” de seus chefes – cujo perfil era por demais “conservador”.

Já quanto ao movimento de esquerda, ele afirma que “faltava aos grupos e classes sociais capazes de lavá-lo adiante maturidade e eficiência”: o “pavor comunista” mobilizou contra a Aliança “todas as forças conservadoras” do país. “O levante de novembro de 1935, simples conspirata de quartel”, foi o “último espasmo” da ALN antes de desaparecer – gesto este, por sinal, fruto mais do “heroísmo” de um punhado de oficiais, que de um “largo movimento coletivo”.

O integralismo, de sua parte, foi menos incisivo em sua ação. Freado pelos chefes, mostrou-se bastante moderado: “apesar dos modelos que o inspiraram – o fascismo italiano e alemão”. Isto se deve também a que o integralismo “nunca teve larga popularidade” – pelo contrário, sofreu “forte repulsa” por parte “sobretudo do proletariado”. “Quanto às classes conservadoras – observa Caio Prado, bom conhecedor da elite xucra nacional – elas olhavam com certa simpatia um movimento que se apresentava como vanguarda da luta anticomunista”: “deram-lhe mesmo apoio financeiro”, apesar de esse movimento lhes causar “certo temor”.

Neste momento, Caio faz um aparte, em seu texto, para analisar o fascismo de um modo geral: um regime que “em toda parte onde se implantou, foi sempre recebido como um último recurso” – como uma ação extrema para amainar a “convulsão social”.

“A implantação do fascismo, se de um lado representa a garantia da estabilidade social, pelo menos para um futuro imediato, traz doutro inconvenientes consideráveis para as próprias classes interessadas na conservação social. Aceitando a ditadura fascista, elas abdicam de boa parte de seus direitos e sua liberdade de ação. Aceitam um controle rigoroso,

econômico, político e social que não deixa de ser pelo menos incômodo. O preço que as classes conservadoras, aceitando o fascismo, pagam para garantir o essencial, que é a sua existência, é assim muito elevado; e só se dispõem a pagá-lo quando não existe ou julgam não existir outro remédio”.

Entretanto, este não foi o caso brasileiro: na interpretação de Caio, a “debilidade” de “todo o movimento de esquerda no Brasil” não chegou a inspirar um “temor tão grande” a ponto de se optar por “medidas extremas como o fascismo”. Mesmo o “levante de 1935” acabou sendo “tão facilmente abafado, que não chegou a provocar gestos desesperados”.

Se não vieram, contudo, “medidas extremas”, como na Itália e Alemanha, o levante comunista seria o pequeno pretexto que Vargas esperava para implantar “medidas fascizantes” – as quais desembocariam afinal na ditadura. Já do lado reacionário, tampouco o integralismo “encontrou ambiente” no Brasil, mas apenas “vegetou até 1935”, e foi incapaz de reagir à ofensiva de Vargas contra sua organização.

Assim, embora o país, seus “problemas” e “equilíbrio político”, exigisse uma renovada “política nacional”, contraditoriamente, o dilema que acabaria por se colocar foi: “ou voltar para trás, isto é, reconstituir a antiga situação política, de base essencialmente regional” – pondera Caio – “ou suprimir toda e qualquer política, impondo em substituição a ela uma estrutura de certa forma artificial, fundada exclusivamente numa situação de fato amparada na força”.

Caio Prado conclui o ensaio “1937” afirmando que, diante da “iminência de um retorno ao passado”, e como forma de esmagar um (improvável) desenlace mais radical, as elites brasileiras escolheram a segunda opção: uma estrutura de Estado fascistizada e artificial que viria a “suprimir” a política nacional por meio de uma ditadura “instável” que não passa de uma “solução provisória”, e que pode levar o país a uma “guerra civil, uma luta sem tréguas que se prolongará por muito tempo”.

Segunda Guerra e a fascistização do capitalismo global

Convencido que o Brasil estava na “iminência de um retorno ao passado”, conforme afirma ao fim do artigo “1937”, analisemos agora como Caio Prado Júnior interpreta o processo do Estado Novo e as décadas posteriores à Segunda Guerra: período em que o capitalismo global passa por este processo que ele chama de “fascistização”, enquanto o Brasil vive a farsa do “milagre econômico”.

Em março de 1938, o marxista brasileiro, então já bastante crítico da estratégia pecebista, com seus esquemas “abstratos” – o etapismo e o consequente aliancismo, sempre aos moldes europeus –, aponta que o PCB estava cindido em dois blocos: um, que se aproxima indiretamente do governo, contrário a “agitações que favoreceriam o integralismo e a fascistização completa do governo Getúlio”; outro, dissidente, “mais radical, que procura articular contra o governo atual uma frente única popular” (*D.P.*, março de 1938).

Dois meses depois, os integralistas, ludibriados por Getúlio, tentariam dar um golpe no golpe. Caio escreve o texto “Golpe integralista no Rio de Janeiro – ataque ao palácio Guanabara” (*D.P.*, maio de 1938) – destacando que “há indícios de participação da Alemanha no golpe fracassado”. No ano seguinte, às vésperas da Segunda Guerra, Caio Prado regressa do exílio na Europa.

Em 1942, já em plena guerra, ele passa a ensaiar uma reflexão sobre os movimentos do Brasil no tabuleiro bélico interno e internacional: “A fascistização do Brasil segue sua marcha. O Estado Novo é elevado às nuvens. [...] Getúlio é senhor absoluto. [...] O país está apático; as classes conservadoras temem o comunismo (temor explorado pela situação); o povo está sob o terror policial. [...] A DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] exerce uma ditadura incontestável sobre o pensamento do país.” (*D.P.*, 1942)

Quanto às relações internacionais, diz Caio no mesmo apontamento: o “governo é contraditório” – o Ministério do Exterior força aproximação com os EUA, mas o Ministério da Guerra se inclina para o lado da “Alemanha e o fascismo”. E neste embate conservador, completa: “a esquerda está adormecida”.

Como menciona muitas vezes nos *Diários Políticos*, ele sente falta de um projeto comunista propriamente nacional, que não se guiasse dogmaticamente por moldes exteriores – de uma leitura marxista que apreendesse as especificidades socioeconômicas e culturais da nação.

No entanto, um ano depois, mais otimista, passa a ver na mobilização popular uma pitada de esperança. Diante do choque entre estudantes da USP e policiais em praça pública, em que “corre o primeiro sangue” pela democratização do país, Caio afirma: “O Brasil acorda de sua letargia” –e complementa– “a guerra europeia foi o primeiro sinal de novos tempos”. De início as “simpatias gerais da situação [getulismo] iam francamente para a Alemanha”; os “fascio-integralistas e simpatizantes de todos os matizes” arrastavam o país. Porém, em virtude dos “compromissos pan-americanos”, a agressão aos Estados Unidos obrigou o Brasil a romper com o Eixo.

De todo modo, ele conclui que por aqui “a guerra está sendo levada burocraticamente, sem participação popular” – ao que propõe a seguinte (e tão atual) reflexão: “A ‘democracia’ é ainda no Brasil uma fachada para justificar-se perante seus aliados anglo-americanos. Aliás, há tendências fascistas nestes últimos, de forma que a posição dúbia da situação econômica brasileira se encaixa muito bem na ordem[...] do momento. O que fez pender a balança para o lado da democracia são as vitórias soviéticas.” (*D.P.*, novembro de 1943)

Observe-se que em sua interpretação de que as “tendências fascistas” de então, no Brasil como nos Estados Unidos convergem e, assim, alinham-se, ele parece profetizar o devir da política estadunidense fascistizada no pós-guerra – bem como de seus aliados no capitalismo global. Graças a sua análise político-econômica acurada, em um notável momento de genialidade ele efetivamente prenuncia o movimento histórico que se conformaria na segunda metade do século, a saber: a fascistização acentuada dos EUA e potências vassalas (OTAN) – impulsionada pela ânsia de expansão dos mercados (primórdios da globalização liberal).

Um recorte do jornal *Hoje* (16/07/1946), destacado nos *Diários Políticos* quase três anos depois, chega à mesma conclusão: a ideia do fascismo “continua viva”, estimulada pelos capitais inglês e estadunidense que avançam e necessitam de mercados consumidores.

Por outro lado, Caio Prado Jr. pondera que, dada as vitórias da União Soviética, o governo se viu obrigado a “permitir certa campanha pela democracia e contra o fascismo”: “Os resultados não se fizeram esperar” – os movimentos pela democracia começavam a se espalhar por todo o país (*D.P.*, novembro de 1943).

Ainda nesta linha confiante, um ano depois – em correspondência a editor – escreve:

“O ano de 1944 tem a seu favor, no que diz respeito ao Brasil, um grande ativo: é a participação das nossas tropas em favor da grande causa dos dias que correm, o esmagamento do fascismo[...], [mas] infelizmente a situação doméstica não nos traz igual satisfação[...], [dada a] dificuldade em satisfazer as mais elementares necessidades e a situação aflitiva da maior parte da população.” (*D.P.*, “Carta a Octavio Thyrsó”, diretor do “Sombra”, de 08/11/1944)

As causas deste problema, afirma ainda na carta, são “mais profundas, e vêm já de muitos anos anteriores à guerra, que não fez mais que pôr à mostra os vícios de um sistema”. Termina por demais esperançoso, dizendo acreditar que os brasileiros estão agora mais “esclarecidos”, e que no próximo ano (1945) deve vir o “fim da guerra” e o “colapso de todos os fascismos”: “O mundo de amanhã não será de ditadores, e a humanidade entrará numa nova fase”, na qual os brasileiros terão “sua parte” se souberem manter viva a “chama da liberdade e da democracia” – que ora encetaram nos campos de batalha.

Fim da Guerra e do Estado Novo

Em fins de 1945, recém-terminada a guerra, acaba também o Estado Novo. No entanto, no PCB, a nova orientação em defesa da “união nacional” – linha da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), em apoio a Vargas– faz com que muitos militantes deixem o partido. Caio discorda desta corrente, mas comunista orgânico, acata a decisão.

Em novembro deste ano, comenta (*D.P.*, 1945) que o integralismo busca se rearticular –sob o nome de Partido de Representação Popular– e critica a postura de Prestes, quem ele considera verborrágico e sem forças para promover uma “renovação” do comunismo no Brasil. Entende que a “atitude e a política de Prestes dão margem para ataques que podem prejudicar grandemente o movimento revolucionário brasileiro”.

Por este período, Caio e diversos intelectuais assinam um manifesto anti-integralista: “[esta] grave ameaça a todos os brasileiros” – fruto de “manobras dos inimigos da democracia e do progresso” (*D.P.*, janeiro-fevereiro de 1946).

Meses depois, na “Carta ao companheiro Evaldo da Silva Garcia” (D.P., 11/05/1946), afirma esperançoso que com a Segunda Guerra o Brasil deu um “grande passo”, pois que: “formou-se uma consciência popular como nunca tivemos no passado” – e “existem hoje as condições fundamentais para o início da grande transformação que nos levará, seja embora num futuro que não podemos ainda prever, para uma nova ordem bem diferente da atual”.

Geopolítica do pós-Guerra e o falso milagre econômico

A “nova ordem”, que Caio Prado prevê para o Brasil – ideia defendida em muitas de suas obras –, deveria ser construída com a superação da *orientação externa* de nossa economia, criando-se um mercado interno forte. Não obstante, décadas mais tarde, ele constataria decepcionado que embora a Segunda Guerra tenha trazido grandes modificações na “marcha dos povos”, essencialmente ela não alterou o “sentido da evolução brasileira”. Houve um esforço por se reestruturar, com renovadas feições, o mesmo sistema em “crise” – mas sem se comprometer sua “essência colonial”. Como resultado, agravam-se as contradições no plano social e político.

Por um lado, com a diminuição das importações – devido à conjuntura produtiva europeia fragilizada pela Guerra –, crescem e se diversificam as atividades econômicas nacionais, em especial as da indústria (substituição de importações); contudo, as características arcaicas da economia brasileira se mantêm, de modo que dada a demanda internacional assiste-se a um revigoramento do “tradicional sistema do passado” – a exportação de alimentos e de matéria-prima. Assim que, de outro lado, no plano social e político, acentuam-se os “desequilíbrios e desajustamentos” – escreve no artigo “A crise em marcha”, de 1962, capítulo acrescentado a edições posteriores de *História Econômica do Brasil* (as citações a seguir são deste texto).

“Num primeiro momento, diz ele, este cenário fez decair as contradições crônicas de nosso sistema econômico, sanando provisoriamente a balança de pagamentos exteriores. Porém, é mister ressaltar que, se por estes tempos ocorre um “nítido progresso”, há também o encarecimento do custo de vida – pois que os preços são pressionados pela oferta interna insuficiente, efeito do aumento da demanda externa –, sem que haja em contrapartida aumento de salários (arrochados com autoritarismo). O resultado disto foi um forte “acréscimo da exploração da força de trabalho” – analisa Caio –, e um “sobrelucro” apreciável, que provoca “intensa acumulação capitalista”, enriquecendo consideravelmente setores das classes dominantes”.

“Trata-se portanto de um período instável de “equilíbrio” e de “artificial prosperidade” – que começariam a declinar tão logo desaparecessem as “circunstâncias extraordinárias” que os causaram”.

“Como se pode prever, em breve viria um novo período de crise. Em 1947, o valor dos produtos importados ultrapassa os exportados; nos anos seguintes, o balanço comercial melhora ligeiramente, deixando saldos positivos que, no entanto, são insuficientes para pagar compromissos financeiros (usura da dívida externa, etc) – sendo tais défices cobertos com mais empréstimos estrangeiros, num ciclo vicioso.

Em 1951, de volta ao poder, Getúlio Vargas, baseado em momentânea conjuntura internacional favorável (dada a alta do café), lança programa de fomento à indústria. Entretanto, tal política peca por ser imediatista e carece de planejamento conjunto – de visão da economia como todo –, de maneira que acaba por favorecer apenas interesses financeiros privados. Desta experiência, ficaria a lição – “infelizmente não bem assimilada” – de que o desenvolvimento industrial do país exige medidas mais profundas e muito mais amplas: mudanças estruturais”.

Já no plano das relações internacionais, Caio Prado expõe que, no imediato pós-Guerra, a economia capitalista (em especial a estadunidense) conhece intenso crescimento, impulsionado pela “folgada situação financeira” dos EUA – resultante da restrição de consumo durante o conflito, do financiamento da guerra, e dos posteriores negócios de reconstrução da Europa (*Plano Marshall*). Tal impulso, e o consequente fortalecimento dos Estados Unidos, se prolongarão pela política de reorganização financeira mundial imposta por esta potência – baseada no acordo de “Bretton Woods”. Além deste país, outras potências capitalistas se beneficiariam fortemente dessa conjuntura de crescente monopolização do capital, especialmente a Alemanha e o Japão, que derrotados nas armas, vencem economicamente; este fato poderia parecer contraditório, não fora o nazifascismo uma solução (e forma) do próprio capitalismo – conforme o marxista afirma em “Post Scriptum”, de 1976, acrescentado à obra *História Econômica do Brasil* (as citações seguintes são deste ensaio).

“O Brasil não ficaria à margem da ofensiva dos monopólios –este “rebento do capitalismo desenvolvido”–, que encontraria por aqui generosa acolhida, dada a orientação política *exterior* (voltada para fora), que sempre foi adotada por nossas classes dirigentes”.

“Tal surto da economia nacional e internacional, alavancada pelo afluxo de capitais e tecnologia dos grandes centros às periferias do sistema, foi por aqui conhecido como o “milagre econômico brasileiro” – fenômeno fundado em precários fundamentos financeiros que por três decênios logrou disfarçar “artificialmente” (apenas com suaves recessões) a “tendência estrutural do sistema capitalista à estagnação”.

“Contudo, essa ampla farsa político-econômica internacional forjada no pós-Guerra não poderia perdurar por muito mais tempo. A falha “estrutural” do capitalismo se revelaria com nitidez no início dos anos 1970, com o intenso e generalizado processo inflacionário e desemprego, acompanhado da ociosidade do aparato produtivo (notadamente nos países mais industrializados) – abalo que demonstrava os limites da expansão capitalista. Paralelo a isso, dá-se a súbita elevação dos preços do petróleo – o que afeta duramente as subpotências europeias e japonesa, não produtoras do ouro negro”.

Em suma, conclui Caio Prado, o suposto “milagre brasileiro” não passou de um breve surto artificial, motivado pela excepcional e instável conjuntura internacional do período que sucedeu a Segunda Guerra. Não houve nenhum sinal significativo de mudança essencial das “arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial”. Nossa indústria continuou débil, com pouca infraestrutura e dependente do mercado exterior. E o que é mais grave: sem sequer vislumbrar as necessidades básicas da população brasileira. Passado o surto, pondera o autor, a nação retornou então a sua “mediocre normalidade amarrada ao passado”.

Fascismo como tática capitalista em tempos de crise

Como se pôde observar ao longo desta exposição, Caio Prado Jr., mediante análise fundada na concepção dialética da história, mostra que o fascismo, cujo ápice se dá na barbárie da Segunda Guerra Mundial, longe de poder ser comparado com qualquer tipo de autoritarismo das pioneiras tentativas de construção socialista (como tentam vender “intelectuais” do mercado), foi desde sempre uma força histórica de sentido contrário ao comunismo. Ou, de outro modo, o nazifascismo não passou de uma face renovada, de uma face brutal do capitalismo.

Tal definição foi mais tarde aprofundada por Hobsbawm (*Era dos extremos*, 1994), que vê o fascismo como uma moderna extrema-direita, o *modus operandi* capitalista adaptado para tempos mais difíceis de serem controlados – e portanto a solução para seus cíclicos períodos de crise, ou como se diz, para os momentos em que é necessário “socializar-se o prejuízo”.

Note-se que com o fascismo e a subsequente Segunda Guerra abriu-se límpido o caminho para a ascensão geopolítica estadunidense que, após a queda soviética (diante das pressões econômico-bélicas da superpotência e de seus aliados menores, os europeus ocidentais), culminaria com a inédita unipolaridade verificada nas relações internacionais contemporâneas dos anos 1990 (a década “neoliberal”, que para o Brasil foi a segunda década consecutivamente “perdida”).

De outro prisma, a mensagem de Caio Prado é a de que não devemos pautar nossas ações por regras dogmáticas e eurocêntricas que colocam a evolução histórica europeia como padrão para o mundo. Para o pensador, urge que o Brasil, à revelia de modelos prontos, construa seu próprio projeto democrático-comunista nacional, segundo uma leitura marxista própria que apreenda a idiossincrasia histórica brasileira: suas peculiaridades socioeconômicas e culturais.

Entretanto, dado o refluxo do comunismo após a derrota da URSS na Guerra Fria e a dispersão das esquerdas no cenário atual, parece saudável ressaltar que Caio Prado, quando se posta contrário ao aliancismo, refere-se às alianças com a burguesia ou parcela dela que comprometam a autonomia do movimento socialista – como se deu outrora (com Vargas, etc), e mesmo em tempos presentes (caso de certos acordos temerários –e traídos– do período denominado lulismo).

O marxista brasileiro contudo não hesita em se colocar favorável a possíveis acordos pontuais interclassistas, em prol de projetos comuns de urgência humanitária, como reformas mínimas que possam reduzir a extrema miséria; destaca porém que, em caso de alianças com setores das classes dominantes, a direção do projeto político deve continuar sendo sempre

da classe trabalhadora.

Aliás esta é também a concepção de Vladimir Lênin, Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui, dentre outros grandes pensadores marxistas que, ao entenderem a luta pela conquista de direitos básicos como fundamento para a *Revolução*, corroboraram a ideia do próprio Marx – quem n’A *ideologia alemã* (1845-46) já escrevera: “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’”; entretanto, “para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se”; “este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história”.

Deste modo, compreende-se com Caio Prado que defender reformas emergenciais, de cunho humanitário, que solucionem ainda que provisoriamente as necessidades vitais humanas, embora gesto político arriscado (sujeito a traições, golpes) não significa se desviar do sentido revolucionário, mas pelo contrário, trata-se de ter a sensibilidade de perceber que sem isto – sem a mínima humanização das relações sociais – será ainda mais difícil fazer-se o caminho.

***Yuri Martins-Fontes** é doutor em História pela FFLCH-USP/ Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Autor de *Marx na América – a práxis de Caio Prado e Mariátegui* (Alameda).

Para ler a primeira parte do artigo clique em https://aterraeredonda.com.br/caio-prado-junior-e-o-fascismo/?doing_wp_cron=1638799916.9204800128936767578125

Referências

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1994].

MARTINS-FONTES, Yuri. *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo: Alameda Editorial/ Fapesp, 2018.

MARTINS-FONTES, Yuri. “Caio Prado: reforma agrária ampliada e luta armada”. *Revista Moura: Núcleo de Estudos d’O Capital*, São Paulo, ano 6, n.9, jan. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-1846].

NOVAIS, Fernando. “Caio Prado Jr. historiador”. *Novos Estudos*, n.2, São Paulo, jul. 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1933].

PRADO JÚNIOR, Caio. *URSS: um novo mundo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935 [1934].

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1942].

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1945].

PRADO JÚNIOR, Caio. “Cuadernos y Correspondencia [manuscritos inéditos]”. Em: MARTINS-FONTES, Yuri (org.). *Caio Prado: Historia y Filosofía*. Rosário (Argentina): Editorial Último Recurso/ Edições Núcleo Práxis-USP, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Fundo Caio Prado Júnior”. Em: *Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo*.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.